Relatório Anual

2017

Fórum Nacional Álcool e Saúde

ÍNDICE

1. Lista de Membros do fórum 3

2. Introdução 6

3. Membros – breve caracterização 6

4. estrutura 10

4.1 Comissão Executiva 10

4.2. Secretariado permanente 11

4.2.1 Relatório do II Ciclo 12

4.2.2 Revisão de Documentos base - III Ciclo FNAS 13

4.2.3 Articulação com os Membros FNAS 13

4.2.4 Contactos com novas entidades 14

4.4.5 Grupos de Encontro 15

5. ATIVIDADES transversais do FNAS 18

5.1 Encontros de Monitorização e Partilha de Boas Práticas 18

5.2 REUNIÃO DO FÓRUM 21

6. Compromissos em curso 23

6.1. Caracterização geral 23

6.2. Compromissos Coletivos 28

6.3 Desenvolvimento dos Fóruns Regionais Álcool e Saúde nas Regiões Autónomas 29

6.4. Parceria com a Autorregulação da Publicidade 29

7. Conclusões 30

1. LISTA DE MEMBROS DO FÓRUM

1. Administração Regional de Saúde do Alentejo, I.P. (ARS Alentejo)
2. Administração Regional de Saúde do Algarve, I.P. (ARS Algarve)
3. Administração Regional de Saúde do Centro, I.P. (ARS Centro)
4. Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P. (ARS LVT)
5. Administração Regional de Saúde do Norte, I.P. (ARS Norte)
6. Alto Comissariado para as Migrações - Programa Escolhas (ACM, IP)
7. Agência Piaget para o Desenvolvimento (APDES)
8. Associação das Empresas de Vinho do Porto (AEVP)
9. Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal (AHRESP)
10. Associação de Municípios Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis (RPMS)
11. Associação de Serviços Gerais de Alcoólicos Anónimos de Portugal (AA)
12. Associação de Vinhos e Espirituosas de Portugal (ACIBEV)
13. Associação Industrial Portuguesa - Câmara de Comércio e Indústria (AIP CCI)
14. Associação Nacional de Empresas de Bebidas Espirituosas (ANEBE)
15. Associação Nacional de Estudantes de Medicina (ANEM)
16. Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE)
17. Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP)
18. Associação Portuguesa das Agências de Publicidade, Comunicação e Marketing (APAP)
19. Associação Portuguesa de Adictologia (APEDD)
20. Associação Portuguesa de Anunciantes (APAN)
21. Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV)
22. Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição (APED)
23. Associação Portuguesa de Festivais de Música (APORFEST)
24. Associação Portuguesa de Hotelaria, Restauração e Turismo (APHORT)
25. Associação Portuguesa de Medicina Geral e Familiar (APMGF)
26. Associação Portuguesa do Ensino Superior Privado (APESP)
27. Cervejeiros de Portugal (APCV)
28. Associação Portuguesa para o Estudo do Fígado (APEF)
29. Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE)
30. Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR)
31. Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT)
32. Câmara Municipal de Loures (CM Loures)
33. Centro de Apoio, Tratamento e Recuperação, IPSS (CATR)
34. Centro de Estudos Judiciários (CEJ)
35. Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA)
36. Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPCJ)
37. Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG)
38. Comité Olímpico de Portugal (COP)
39. Confederação Nacional das Associações de Família (CNAF)

40. Confederação Nacional das Associações de Pais (CONFAP)
41. Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS)
42. Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto (CPCCRD)
43. Conferência Episcopal Portuguesa (CEP)
44. Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP)
45. Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP)
46. Conselho Nacional de Juventude (CNJ)
47. Corpo Nacional de Escutas - Escutismo Católico Português (CNE)
48. Cruz Vermelha Portuguesa (CVP)
49. Direção-Geral do Consumidor (DGC)
50. Direção-Geral de Educação (DGE)
51. Direcção-Geral de Saúde (DGS)
52. Faculdade de Motricidade Humana (FMH)
53. Federação Nacional das Associações Juvenis (FNAJ)
54. Federação Portuguesa das Instituições Privadas Atuantes nas Toxicodependências (FETO)
55. Federação Portuguesa de Rugby (FPR)
56. Fundação Benfica
57. Fundação Portuguesa "A Comunidade Contra a SIDA" (FPCCSIDA)
58. Guarda Nacional Republicana (GNR)
59. Instituto da Segurança Social, I.P. (ISS)
60. Instituto da Vinha e do Vinho, I.P. (IVV)
61. Instituto de Apoio à Criança (IAC)
62. Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P. (IEFP)
63. Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ)
64. Instituto S. João de Deus (ISJD)
65. Ministério da Administração Interna (MAI)
66. Ministério da Defesa Nacional (MDN)
67. Ministério da Justiça (MJ)
68. Ordem dos Enfermeiros (OE)
69. Ordem dos Farmacêuticos (OF)
70. Ordem dos Médicos (OM)
71. Ordem dos Nutricionistas (ON)
72. Ordem dos Psicólogos (OPP)
73. Polícia de Segurança Pública (PSP)
74. Prevenção Rodoviária Portuguesa (PRP)
75. Rede de Serviços de Apoio Psicológico do Ensino Superior (RESAPES-AP)
76. Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e Dependências (SICAD)
77. Sociedade Anti-Alcoólica Portuguesa (SAAP)
78. Sociedade Portuguesa de Cardiologia (SPC)
79. Sociedade Portuguesa de Medicina do Trabalho (SPMT)
80. Sociedade Portuguesa de Pediatria (SPP)
81. Sociedade Portuguesa Medicina Interna (SPMI)
82. SOGRAPE Vinhos, SA (SV)
83. Turismo de Portugal, I.P. (TP)
84. União das Misericórdias Portuguesas (UMP)

85. União Geral de Trabalhadores (UGT)
86. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Entidades com Estatuto de Observador

87. Auto Regulação Publicitária (ICAP)
88. Secretaria Regional de Saúde da Madeira
89. Secretaria Regional de Saúde dos Açores

2. INTRODUÇÃO

O ano de 2017 representou para o Fórum Nacional Álcool e Saúde (FNAS), a entrada num novo ciclo de existência enquadrado no segundo quadriénio do Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2013-2020 (PNRCAD).

Tal facto, traduziu-se num processo global de renovação que envolveu a produção de uma nova Carta de Compromisso, atualizada quanto à caracterização nacional e internacional da prevalência dos problemas ligados ao álcool e à definição das metas que lhe servem de objetivo. Procedeu-se igualmente à reformulação da estrutura da Comissão Executiva (CE) e do Secretariado Permanente (SP). Durante este ano, foi desenvolvido um trabalho de contacto com um leque alargado de entidades, com ou sem anterior ligação ao FNAS, no sentido de ajustar a lista de membros desta plataforma, procurando colmatar lacunas anteriormente identificadas. Foi, igualmente, iniciado um trabalho de suporte técnico à estruturação de novos compromissos de ação e o desenvolvimento de iniciativas facilitadoras, mediante reuniões individuais ou a organização de espaços de encontro entre múltiplos parceiros de modo a criar sinergias essenciais ao trabalho em rede. Por fim, foram concretizados dois Fóruns Nacionais, um deles extraordinários, no qual todos estes procedimentos foram autorizados e validados pelos membros presentes.

O presente relatório visa dar conta de todo o trabalho desenvolvido neste âmbito, as estratégias adotadas e a adesão às mesmas, caraterizar a nova composição do FNAS bem como os compromissos submetidos e aprovados ao longo do ano.

Este relatório pretende, não só cumprir a obrigação formalmente estabelecida de apresentar o relato da atividade desenvolvida no ano de 2017, mas também disponibilizar a todos os interessados a contextualização essencial para uma análise e reflexão crítica sobre a atividade desenvolvida.

3. MEMBROS – BREVE CARACTERIZAÇÃO

Em 2017, o SP desenvolveu um vasto leque de contactos no sentido de, por um lado confirmar a continuidade das entidades que integraram o FNAS ao longo do seu II ciclo, e por outro, de convidar um conjunto de novas entidades selecionadas em função das lacunas identificadas anteriormente.

O FNAS termina 2017 integrando 82 entidades, distribuídas entre 45 pertencentes ao grupo "Sociedade Civil", 12 ao grupo de "Operadores Económicos" e 25 ao grupo "Administração Pública".

Assim, no quadro abaixo, apresenta-se a atual distribuição dos membros do FNAS em função da sua tipologia:

Quadro 1 - Tipificação da natureza das entidades-membro do FNAS

Tipo de Entidades	Membros	
Administração Pública	ARS Alentejo, ARS Algarve, ARS Centro, ARS LVT, ARS Norte, ACM-Programa Escolhas, ASAE, ANSR, ACT, CNPDPCJ, CIG, DGC, DGE, DGS, GNR, ISS, IVV, IEFP, IPDJ, MAI, MDN, MJ, PSP, SICAD, TP	25
Autarquias	ANAFRE, ANMP, CM Loures, RPMS	4
Entidades Público-privadas	COP, CEP, CNJ, CVP, FPR, PRP, UMP	6
Entidades de Economia Social, ONG e IPSS	APDES, AA, APAV, CATR, CNAF, CNIS, CONFAP, CPCCRD, CNE, FNAJ, FETO, Fundação Benfica, FPCCSIDA, IAC, ISJD, SAAP	16
Instituições do Ensino Superior	ANEM, APESP, CICS.NOVA, CCISP, CRUP, FMH, RESAPES, ULHT	8
Operadores da Indústria e do Comércio	AEVP, AHRESP, ACIBEV, AIP CCI, ANEBE APAP, APAN, APED, APORFEST, APHORT, APCV, SV	12
Sociedades Científicas e Ordens Profissionais	APEDD, APMGF, APEF, OE, OF, OM, ON, OPP, SPMT, SPP	10
Sindicatos	UGT	1
TOTAL		82

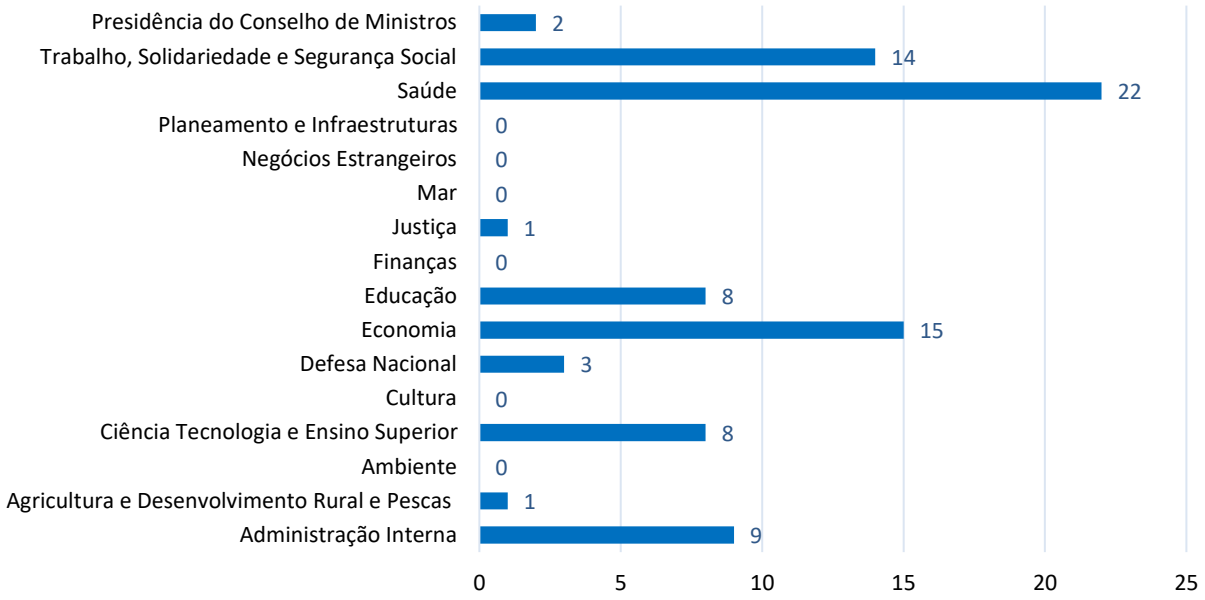
Naturalmente, prevalecem as entidades pertencentes à Administração Pública (30%), sendo, contudo, de valorizar a crescente representação das entidades ligadas à Economia Social (19%). A representação de entidades associadas ao domínio da oferta (14%) é igualmente significativa dando corpo à responsabilidade social assumida pelo setor económico ligado à produção, distribuição e promoção de bebidas alcoólicas, na redução do consumo nocivo de álcool. Por fim, destacaríamos ainda a importante representação de entidades que, pela sua função no domínio da produção de evidência e boas práticas profissionais, garantem ao FNAS, a consistência científica essencial à credibilização desta estrutura.

Fazendo uma leitura da constituição do Fórum em função das áreas governativas representadas, é com naturalidade que se observa uma prevalência de entidades com funcionamento na área da saúde (27%), da economia (18%), da área do trabalho e da segurança social (17%), da administração interna (11%), da educação (10%) e da ciência, tecnologia e ensino superior (10%). Apesar de ser um exercício grosseiro de categorização das áreas de intervenção, ele proporciona uma visão sobre o peso de cada área na dinâmica coletiva que o FNAS se propõe promover.

Quadro 2 – Distribuição dos Membros do FNAS pelas áreas governativas

Áreas Governativas	Membros	
Administração Interna	MAI, PSP, GNR, ANSR, PRP, ANAFRE, ANMP, CM Loures, RPMS	9
Agricultura e Desenvolvimento Rural e Pescas	IVV	1
Ambiente		0
Ciência Tecnologia e Ensino Superior	CRUP, CCISP, ANEM, APESP, FMH, ULHT, RESAPES, CICS.NOVA	8
Cultura		0
Defesa Nacional	MDN, UTITA, CVP	3
Economia	ASAE, DGC, AEVP, AHRESP, ACIBEV, AIP CCI, ANEBE, APAP, APAN, APED, APHORT, APCV, SV, TP, APORFEST	15
Educação	DGE, IPDJ, CNJ, FNAJ, FPR, Fundação Benfica, CNE, COP	8
Finanças		0
Justiça	MJ	1
Mar		0
Negócios Estrangeiros		0
Planeamento e Infraestruturas		0
Saúde	SICAD, ARS Algarve, ARS Alentejo, ARS Centro, ARS LVT, ARS Norte, DGS, APEDD, APMGF, APEF, OE, OM, ON, OPP, SPMT, SPP, FPCCSIDA, CATR, FETO, ISJD, SAAP, AA,	22
Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	ACT, CNPDPCJ, ISS, IEFP, CEP, UMP, APAV, CNAF, CONFAP, CPCCRD, CNIS, IAC, APDES, UGT	14
Presidência do Conselho de Ministros	CIG, ACM/Programa Escolhas	2
TOTAL		82

Áreas Governativas



Por comparação com o final do II ciclo, no ano de 2017, foram oficialmente integrados 10 novos Membros:

- ACM / Programa Escolhas, APORFEST, CPCCRD, COP, DGC, Fundação Benfica, FMH, o IAC, a OM e a UMP. Simultaneamente, verificou-se a saída da CGTP e da FPAT por constrangimentos internos.

Os convites que levaram às novas admissões, prenderam-se com três preocupações essenciais:

- Reforçar a presença de entidades ligadas ao desporto e atividade física (COP, Fundação Benfica, FMH)

- Aumentar o número de entidades com intervenção continuada junto aos jovens de contextos sociais de risco (Programa Escolhas, Fundação Benfica, IAC).

- Aproximação aos contextos recreativos (APORFEST).

Três entidades mantiveram o estatuto de observadores: o Governo Regional da Madeira, o Governo Regional do Açores e a Auto Regulação da Publicitária (ARP) antigo o Instituto Civil de Autodisciplina da Comunicaçãocial (ICAP).

4. ESTRUTURA

A base funcional do FNAS assenta sobre uma Comissão Executiva, à qual compete estabelecer as diretrizes para a seleção de projetos no âmbito do Fórum, fornecer orientações na elaboração de propostas de intervenção e no seu enquadramento nos propósitos do Fórum e desempenhar funções de consulta e de deliberação sobre questões de processo e de resultado. Esta comissão reúne três vezes por ano para o exercício das suas competências. A Comissão Executiva é suportada tecnicamente por um Secretariado Permanente cujas funções são coordenar as ações relativas ao Fórum e à sua Comissão Executiva, dar suporte técnico às entidades no que concerne à elaboração das propostas de Compromisso e planear e promover a produção de documentação relativa ao FNAS. O presente capítulo debruçar-se-á sobre as principais atividades destes dois órgãos.

4.1 Comissão Executiva

Com o início do II ciclo, a Comissão Executiva (CE) foi renovada, tendo sido proposto no Fórum Nacional. de abril de 2017, o acréscimo de mais 4 membros à composição anterior, de modo a garantir a representatividade da CE face ao aumento de membros. Deste modo a comissão executiva passou a ser constituída por 16 entidades. Os convites foram endereçados de modo a manter a distribuição da representatividade entre a Administração Pública, o Sector Económico e a Sociedade Civil. As entidades convidadas aceitaram o convite que lhes foi endereçado. Aos 12 membros iniciais - Associação Nacional de Empresas de Bebidas Espirituosas (ANEBE), Autoridade Nacional para a Segurança Rodoviária (ANSR), Associação Portuguesa dos Produtores de Cerveja (APCV), Associação de Vinhos e Espirituosas de Portugal (ACIBEV), Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE), Confederação Nacional das Associações de Pais (CONFAP), Conselho Nacional da Juventude (CNJ), Direção Geral de Educação (DGE), Ordem dos Enfermeiros (OE), Sociedade Portuguesa de Medicina do Trabalho (SPMT) Turismo de Portugal (TP) Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (SICAD) – juntaram-se agora, a Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE), a Associação Portuguesa de Empresas de

Distribuição (APED), a Federação Portuguesa das Instituições Privadas Atuantes nas Toxicodependências (FETO) e a Direção Geral dos Recursos da Defesa do Ministério da Defesa Nacional (MDN).

Em 2017, a CE reuniu-se por três ocasiões: (1) 27 de março, (2) 19 de setembro e (3) 27 de novembro Nas referidas reuniões foram abordados os seguintes assuntos: A renovação da Comissão Executiva e entidades a convidar para a nova constituição; A revisão dos documentos de base ao III ciclo do FNAS – Carta de Compromisso, Regulamento da Comissão Executiva, Documento de Adesão, Formulário de Submissão dos Compromissos, etc. Aprovação do Relatório do II ciclo do Fórum; A integração de novos membros; Programação da Reunião Plenária do Fórum Nacional Álcool e Saúde de abril de 2017; Programação da Reunião Extraordinária do Fórum Nacional Álcool e Saúde de novembro de 2017; Discussão sobre o Relatório do Grupo de Trabalho para a avaliação das consequências da extinção do IDT, I.P. e para a elaboração de propostas fundamentadas sobre eventuais alterações ao modelo organizacional a nível nacional (Despacho nº 1774 – B/2017 de 24 de fevereiro); Discussão sobre os dados do Relatório da OCDE, "Health at a Glance"; Discussão do plano de trabalho do FNAS para 2018 e sua calendarização; A implementação de novos fluxos de comunicação e disseminação das ações desenvolvidas no âmbito do FNAS. De acordo com o modelo de validação dos compromissos, assumido no decurso do II ciclo, dois elementos da comissão executiva participaram de forma rotativa, em cada o encontro de monitorização e partilha de boas práticas, comentando e validando as diferentes linhas de ação apresentadas pelos diferentes membros do FNAS em cumprimento com a carta de compromisso por todos assumida.

4.2. Secretariado permanente

Em 2017, a composição do Secretariado Permanente (SP) do FNAS sofreu alterações, com a saída da Dr.ª Natacha Torres da Silva e a sua substituição em outubro pela Dr.ª Alexandra Almeida Pinto. As funções do SP em 2007 foram, naturalmente marcadas pela transição de ciclo.

Assim, foi necessário:

(1). Reunir informação sobre os compromissos desenvolvidos pelos membros ao longo do quadriénio, e produzir o relatório do II ciclo.

(2). Proceder à revisão dos documentos de base ao funcionamento do FNAS.

(3). Estabelecer contactos com os membros no sentido da renovação do seu compromisso de participação no fórum e dar suporte técnico à elaboração de novos compromissos de ação.

(4). Estabelecer contacto com novas entidades em função das lacunas identificadas na composição do fórum.

(5). Concretizar grupos de encontro facilitadores da produção de novos compromissos.

Dentro das ações transversais do SP, foi ainda dado suporte à concretização das reuniões da Comissão Executiva, à organização do Fórum anual e ao Fórum extraordinário bem como a dinamização dos Encontros de Monitorização e Partilha de Boas Práticas. Foi mantido um trabalho de suporte técnico à concretização dos compromissos validados, sempre que solicitado. Por fim foi mantido um trabalho de articulação com as entidades com estatuto de observadoras no sentido de concretizar linhas de ação a desenvolver em complemento ao funcionamento do FNAS.

4.2.1 Relatório do II Ciclo

O Relatório do II Ciclo do FNAS foi produzido pelo SP ao longo de todo o ano de 2017, submetido à aprovação da Comissão Executiva na sua segunda reunião de setembro e aprovada em definitivo em novembro aquando da reunião extraordinária do Fórum. A concretização do relatório envolveu a recolha de dados sobre os compromissos assumidos por todos os membros ativos. Para o levantamento dos dados referentes aos compromissos desenvolvidos pelos Membros do FNAS ao longo do segundo ciclo, o Secretariado Permanente enviou em dezembro de 2016 um formulário de *reporte* final o qual integrava os dados apresentados aquando da submissão do compromisso, no início do ciclo, solicitando que, para além dos indicadores de processo e de resultado, fossem registadas as alterações ao projeto inicial. No Relatório Final do II Ciclo foram apresentados os dados referentes a 73 dos 85 compromissos aprovados, correspondendo a 86% das intervenções desenvolvidas. No relatório elaborado, foi feito um enquadramento histórico do percurso efetuado, um descritivo da estrutura de funcionamento do Fórum, as estratégias e metodologias adotadas, os dados de execução dos compromissos desenvolvidos, a evolução das metas do PNRCAD para as quais contribuía a dinâmica do FNAS e um conjunto de conclusões e de orientações para uma evolução futura. O documento produzido totaliza 57 páginas e encontra-se disponível no subsite do Fórum Nacional Álcool e Saúde.

4.2.2 Revisão de Documentos base - III Ciclo FNAS

A mudança de ciclo, implica, tradicionalmente uma revisão da imagem do FNAS e simultaneamente a atualização dos documentos que lhe servem de base. No III ciclo, efetuaram-se alterações cromáticas que fizeram migrar o logotipo e restante material de vermelho para tricolor. Esta alteração prende-se com a necessidade de refletir as três áreas de base do FNAS. Esta mudança constitui-se como uma das primeiras tarefas de 2017, espelhada num Manual de Normas Gráficas para o III Ciclo FNAS.

Numa segunda etapa foi necessário rever Carta de Compromisso do FNAS, atualizando os dados sobre realidade nacional e internacional em termos de prevalência de consumos, redefinindo as metas do PNRCAD para o novo quadriénio, apresentando os resultados obtidos para as mesmas até 2016 e traçando os objetivos a alcançar até 2020. Por fim, o documento apresenta de forma renovada, a estrutura, procedimentos e canais de comunicação do Fórum, criando condições para uma definição clara do que comporta ser Membro desta plataforma.

O Regulamento Interno da Comissão Executiva, foi, também, revisto, adaptando-o a uma nova composição alargada, e redefinindo a regularidade de reunião ordinária, em função da responsabilidade assumida de participação rotativa nos Encontros de Monitorização e Partilha de Boas Práticas. Por fim, foi igualmente revisto o formulário de submissão de compromissos e respetivo guia de apoio ao preenchimento. As alterações foram no sentido da sua simplificação, retirando campos que se verificou serem de menor utilidade aquando do tratamento de informação e desdobrando opções de escolha múltipla nos indicadores de *Tipo de intervenção*, *Grupo-alvo* e *Contexto de intervenção* de modo a reduzir a dispersão de respostas na opção *Outros*, verificada no ciclo anterior. Todos estes documentos, uma vez produzidos foram validados na primeira reunião da Comissão Executiva.

4.2.3 Articulação com os Membros FNAS

O início de 2017 foi marcado por uma intensa atividade de contacto do SP com todos as entidades que integraram o FNAS no seu II ciclo no sentido de solicitar que reafirmassem o seu desejo de se manterem como Membros no III ciclo. Os documentos revistos foram enviados a todos os membros, solicitando a devolução do documento de adesão assinado. O processo de recolha dos documentos de adesão foi moroso, não tendo sido possível até ao final do ano, recolher a totalidade dos comprovativos de adesão que consubstanciem a manifestação informal de intensão de continuidade. Uma segunda tarefa do SP junto aos membros foi a de proceder à exploração de potenciais linhas de ação a incluir numa nova submissão de compromisso. O SP concretizou em 2017, **77 reuniões** com diferentes Membros, quer de

levantamento de hipóteses, quer já de aprofundamento de linhas idealizadas em reuniões anteriores. A maior parte destas reuniões envolveu igualmente uma avaliação do percurso feito ao longo do II ciclo e a identificação de necessidades sentidas por parte da entidade-membro.

O SP participou, ainda, em eventos organizados por membros do FNAS no âmbito dos seus compromissos: ANEM – Formação Live it Up APDES – Participação no Encontro AllCool CCISP – Seminário com os representantes dos institutos politécnicos CNAF/ANEM – Concurso Muito Pequeno para Beber DGS – Saúde Sazonal MDN – Jornadas da Saúde nas Forças Armadas MDN – Formações (2) no âmbito do COPATD OPP – Apresentação do FNAS no III Congresso da OPP SPC - Conferência RPC – Repensar o futuro da saúde Cardiovascular em Portugal

4.2.4 Contactos com novas entidades

Conforme referido anteriormente, com o início do terceiro ciclo, à semelhança do anterior, foram iniciados contactos com um conjunto de entidades consideradas importantes para colmatar ou reforçar áreas do Fórum, consideradas menos consistentes. Entre essas áreas incluía-se o sector dos grupos profissionais e sociedades científicas. Em 2017, foram contactadas as seguintes entidades, solicitando a marcação de reuniões de apresentação do Fórum: **Associação Nacional de Professores (ANP) Associação Portuguesa de Psiquiatria da Infância e da Adolescência (APPIA) Ordem dos Médicos (OM) Sociedade Portuguesa de Cardiologia (SPC) Sociedade Portuguesa Medicina Interna (SPMI) Sociedade Portuguesa de Psiquiatria e Saúde Mental (SPPSM)**. Com estas entidades, foi possível concretizar quatro reuniões em 2017, uma quinta reunião foi remetida já para 2018, não tendo sido obtida resposta por parte da APPIA. A Ordem dos Médicos concretizou a adesão ao FNAS ainda em 2017. Por sua vez a Associação Nacional de Professores manifestou a sua indisponibilidade para aderir ao FNAS, ainda que participe como parceira no compromisso dos Cervejeiros de Portugal (APCV).

O contexto desportivo foi outra das áreas em que houve uma tentativa de reforço de representatividade. Nesse sentido foram enviados convites às seguintes entidades para concretizar uma reunião de apresentação do FNAS: **Comité Olímpico de Portugal (COP) Faculdade de Motricidade Humana (FMH) Federação Portuguesa de Futebol (FPF) Fundação Benfica (FB) Fundação Sporting**. As cinco entidades acederam em realizar uma reunião de apresentação, tendo-se concretizado a adesão de três das cinco

entidades contactadas (COP, FMH e FB). A Federação Portuguesa de Futebol não aderiu ao FNAS mas tem participação ativa como parceira, no compromisso submetido pela FMH.

A terceira área onde houve uma tentativa de reforço de representatividade, centrou-se sobre entidades com intervenção direta e continuada, junto a grupos juvenis de vulnerabilidade acrescida. Nesse sentido foram contactadas as seguintes entidades: **Alto Comissariado para as Migrações - Programa Escolhas (ACM, IP) Instituto de Apoio à Criança (IAC)** Ambas as entidades aceitaram reunir-se com o SP e concretizaram a adesão ao FNAS. Sublinha-se que a **Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto (CPCCRD)**, fez um movimento espontâneo de adesão ao Fórum, tendo-se procedido a duas reuniões de trabalho para a apresentação do funcionamento do FNAS primeiro apenas ao presidente e a um elemento de referência, e uma segunda reunião de apresentação ao grupo alargado da direção deste organismo. Ao nível da Administração Pública foi concretizada uma reunião de reaproximação à **Direção Geral do Consumidor (DGC)** reunião da qual resultou o compromisso de uma participação ativa nos trabalhos do Fórum que se traduziu na participação numa das linhas de ação integradas no protocolo de colaboração assumido pelo SICAD com a Auto Regulação de Portugal ao nível da publicidade de bebidas alcoólicas em contexto digital.

Por fim, foram desenvolvidos contactos no sentido de reforçar o domínio da oferta. Nesse sentido, foram contactadas as seguintes entidades: **Associação de Hoteleiros de Portugal (AHP) Associação Portuguesa de Festivais de Música (APORFEST)** Ambas as entidades aceitaram concretizar uma reunião de exploração do funcionamento do Fórum, mas apenas a APORFEST veio a concretizar a sua adesão, tendo a AHP considerado não reunir condições para uma participação ativa no Fórum, manifestando contudo a disponibilidade para continuar a articular com os seus parceiros diretos, nomeadamente o Turismo de Portugal e a AHRESP. Em síntese foram concretizadas, em 2017, **14 reuniões** com novas entidades que se traduziram na adesão por parte de oito delas (OM, COP, FMH, FB, ACM, IAC, APORFEST, DGC), o envolvimento ativo de outras duas entidades (ANP, FPF) e o interesse expresso manifestado por mais duas entidades (SPC e SPMI) para aderirem em 2018.

4.4.5 Grupos de Encontro

À semelhança da estratégia adotada aquando do início do II ciclo, foram concretizados em janeiro de 2017, cinco grupos de encontro temáticos visando a discussão de áreas específicas de intervenção no âmbito

dos Problemas Ligados ao Álcool (PLA) e o emergir de potenciais linhas de ação passiveis de serem desenvolvida em parceira por diferentes membros. Foi o seguinte o calendário dos Grupos de Encontro: Sensibilização/Informação – 16 de janeiro Prevenção/Formação – 18 de janeiro Tratamento / Reinserção / Redução de Riscos – 23 de Janeiro Oferta /Fiscalização – 27 de janeiro Produção Científica – 30 de janeiro Os encontros tiveram uma adesão positiva com uma média de 14 participantes por sessão.

Na totalidade, participaram 45 representantes de 30 instituições diferentes, o que, face ao número de membros com que o II ciclo terminou (74 membros) corresponde ao envolvimento de uma percentagem aproximada de 40%.

Quadro 3 – Distribuição das Instituições presentes nos Grupos de Encontro

Sensibilização/Informação	Prevenção/Formação	Tratamento /Reinserção/ RRMD	Oferta/fiscalização	Produção Científica
OF x 2 MDN PSP CCISP FPCCSIDA x 2 UMP AA DGE CIG CCISP CNJ ARS Alentejo ISS, IP SICAD Secretariado Permanente	MDN x 2 ANAFRE SPP FPCCSIDA IEFP CSSISP IPS/ESS DGE UGT ARS Norte OF x 2 ISS, IP CNIS SICAD Secretariado Permanente	ANMP UTITA IEFP AA CNIS DGS CICS-UNL OF x2 CCSISP ARS Norte ARS Alentejo ISS, IP APDES SICAD Secretariado Permanente	CICS NOVA ACIBEV CCISP CNIS ARHESP ASAE x 2 SICAD Secretariado Permanente	CCISP x 3 ARS Norte APDES OF x 2 DGE CNIS x 2 SPP CATR / CICSNOVA ISS, IP SICAD Secretariado Permanente
16 participantes 13 entidades	16 participantes 15 entidades	15 participantes 14 entidades	8 participantes 7 entidades	14 participantes 10 entidades

Os grupos de encontro foram dinamizados pelo Secretariado Permanente com o apoio de elementos da Comissão Executiva. Ao longo de cada sessão os participantes foram convidados a pôr em comum conceitos, motivações, intenções, estratégias e práticas procurando pontos de contacto e potenciais linhas de trabalho conjunto. Foi igualmente aproveitada esta oportunidade pelo Secretariado Permanente para verificar algumas das áreas da estruturação dos compromissos que se revelaram mais frágeis no II ciclo procurando melhorar o rigor imposto aos projetos em especial na área da definição de indicadores e da avaliação.

Globalmente, os Grupos de Encontro receberam uma excelente avaliação, tendo sido opinião unanime que estas são iniciativas que não deveriam acontecer apenas no início de cada ciclo, mas antes constituir-se como uma prática regular do Fórum, explorando temas de modo aprofundado, com o convite a facilitadores especialistas na área. O Secretariado Permanente assumiu o compromisso de levar a proposta à Comissão Executiva, no sentido de vir a criar momentos de formação / discussão da responsabilidade dos membros, dentro das suas áreas de *expertise*.

O Grupo de encontro consagrado à Produção, reuniu-se uma segunda vez a 30 de março, visando a estruturação de um compromisso coletivo. Do trabalho desse grupo, resultou o desejo de concretizar um levantamento de artigos científicos que reforce a consciência dos riscos para a saúde, associados ao consumo de álcool independentemente no nível de risco do consumo. Esta proposta não veio a constituir-se como compromisso coletivo autónomo, mas foi integrada no modelo de compromisso coletivo das sociedades científicas e grupos profissionais.

5. ATIVIDADES TRANSVERSAIS DO FNAS

O FNAS manteve em 2017 a sua atividade habitual com a organização mensal dos Encontros de Monitorização e Partilha de Boas Práticas e a concretização a 4 de maio do Fórum Anual que congregou todos os Membros. Contudo, tratando-se do ano de arranque de um novo ciclo, foram ainda concretizados, à semelhança do que fora feito em 2013, 6 reuniões de Grupos de Encontro em janeiro e uma reunião extraordinária que foi concretizada a 14 de novembro.

5.1 Encontros de Monitorização e Partilha de Boas Práticas

Em 2017, os Encontros de Monitorização e Partilha de Boas Práticas só foram retomados no mês de junho, tendo em conta que, com a mudança de ciclo, se verificou um período refratário que os membros necessitaram para elaborar novos compromissos.

Foram concretizadas em 2017, seis Encontros de Monitorização e Partilha de Boas Práticas, nos quais participaram 36 instituições-membro do FNAS, apresentando os seus compromissos ou assistindo à apresentação de outros. As reuniões tiveram uma participação média de 15 pessoas, somando-se 88 presenças nos 6 encontros realizados.

Entre os meses de junho e dezembro, foram validados **quarenta novos compromissos**. As entidades proponentes foram as seguintes:

- Agência Piaget Para o Desenvolvimento (APDES) – (1) PARTILHAR EXPERIÊNCIAS DE INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA FOCADAS NA REDUÇÃO DOS RISCOS ASSOCIADOS AO CONSUMO ESPORÁDICO EXCESSIVO DE ÁLCOOL; (2) BECOOL – INTERVENÇÃO NO CONSUMO ESPORÁDICO EXCESSIVO ESPORÁDICOS DE ÁLCOOL EM CONTEXTOS FESTIVOS
- Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) - INTERVENÇÃO DOS MUNICÍPIOS NA PREVENÇÃO E REDUÇÃO DOS COMPORTAMENTOS ADITIVOS E DAS DEPENDÊNCIAS DO ÁLCOOL

- Câmara Municipal de Loures (CM Loures) – (1) CONHECER E INTERVIR; (2) PREVENIR PARA NÃO CONSUMIR
- Unidade de Tratamento Intensivo de Toxicodependências e Alcoolismo (UTITA) – (1) AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO EM CONTEXTO LABORAL – MILITAR E CIVIL; (2) PROGRAMA RESIDENCIAL INTENSIVO DE REABILITAÇÃO BIOPSICOSSOCIAL
- Administração Regional de Saúde do Alentejo, I.P. / Divisão de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e Dependências (DICAD da ARS Alentejo) - ÁLCOOL E SAÚDE
- Associação Nacional de Bebidas Espirituosas (ANEBE) e Conselho Nacional de Juventude (CNJ) – FALEMOS DE ÁLCOOL
- Associação Nacional de Bebidas Espirituosas (ANEBE) - A NOITE É DE TODOS, BEBA COM CABEÇA
- Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULHT) – PROJETOS DE I&D NO ÂMBITO DA ESTIMULAÇÃO COGNITIVA DE DOENTES COM PERTURBAÇÃO DO USO DO ÁLCOOL (PUA).
- Associação de Serviços Gerais de Alcoólicos Anónimos de Portugal (AA) – ALCOÓLICOS ANÓNIMOS – UMA SOLUÇÃO PARA O PROBLEMA DO ALCOOLISMO
- Confederação Nacional das Associações de Família (CNAF) e Associação Nacional de Estudantes de Medicina (ANEM) – MUITO PEQUENO PARA BEBER! - PREVENÇÃO SÍNDROME ALCOÓLICO FETAL
- Administração Regional de Saúde do Norte, I.P. / Divisão da Intervenção nos Comportamentos Aditivos Dependências (DICAD da ARSN) – (1) LIGA PARA A INCLUSÃO, (2) RISCOS & DESAFIOS, (3) PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO STCP/UAP
- Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P. / Divisão de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e Dependências (DICAD da ARSLVT) – Equipa de Prevenção do CRI Lisboa Ocidental. - PROJETO DE APOIO AO COMÉRCIO E SERVIÇOS -VENDA RESPONSÁVEL DE ÁLCOOL NO COMÉRCIO E SERVIÇOS
- Administração Regional de Saúde do Algarve, I.P. / Divisão de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e Dependências (DICAD da ARS Algarve) - (1) PREVENÇÃO DO CONSUMO DE ÁLCOOL E COMPORTAMENTOS DE RISCO ASSOCIADOS, EM MEIO ESCOLAR (3º ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário), na vertente informativa, (2) PREVENÇÃO DA DESINSERÇÃO – Meio Laboral, (3) TRATAMENTO DE PESSOAS COM PROBLEMAS LIGADOS AO ÁLCOOL (PLA)
- Polícia de Segurança Pública (PSP) – (1) PROCEDIMENTOS INTERNOS DE PREVENÇÃO DE CONSUMO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS, (2) AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO, (3) AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO
- União das Misericórdias Portuguesas (UMP) e Alcoólicos Anónimos (AA) - SENSIBILIZAR E PROMOVER A REDUÇÃO DO CONSUMO DO ÁLCOOL

- Conferência Episcopal Portuguesa (CEP) – (1) FORMAR PARA PREVENIR, FORMAR PARA ACOMPANHAR, (2) SENSIBILIZAÇÃO À COMUNIDADE ESCOLAR PARA A PROBLEMÁTICA DO CONSUMO DO ÁLCOOL
- Fundação Portuguesa "A Comunidade Contra a SIDA" (FPCCSIDA) - NÃO ARRISCO II
- Instituto de Apoio À Criança (IAC) – RECUPERAR, PREVENIR, REVALORIZAR
- Compromissos da Ordem dos Farmacêuticos (OF) – COMPROMISSOS DA ORDEM DOS FARMACÊUTICOS
- Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade Social (CNIS) - BÊCO COM SAÍDA – 2
- Associação de Vinhos e Espirituosas de Portugal (ACIBEV) e Agência Piaget Para o Desenvolvimento (APDES) – BeCOOL – INTERVENÇÃO NO CONSUMO ESPORÁDICO EXCESSIVO EM CONTEXTOS FESTIVOS
- Associação de Vinhos e Espirituosas de Portugal (ACIBEV) – (1) VINHO COM MODERAÇÃO BY ACIBEV, (2) O SERVIÇO RESPONSÁVEL FAZ O NEGÓCIO SUSTENTÁVEL, (3) ARP – SISTEMA PRE-CLEARANCE
- Sogrape Vinhos, S.A. – (1) FORMAÇÃO INTERNA SOBRE O ÁLCOOL NO MEIO LABORAL, (2) FORMAÇÃO SETORIAL - SERVIÇO RESPONSÁVEL, (3) AUTORREGULAÇÃO EM COMUNICAÇÃO COMERCIAL
- Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG) - INTEGRAR A PERSPECTIVA DE GÉNERO NAS POLÍTICAS DE PREVENÇÃO DOS CONSUMOS DE ÁLCOOL.
- Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ) – (1) CUIDA-TE 2.0 – Medida 1 (2) CUIDA-TE 2.0 – Medida 2

Todos os compromissos foram comentados pelos elementos da Comissão Executiva conforme o procedimento assumido já no decurso do II Ciclo e validados no decurso dos Encontros de Monitorização e Partilha de Boas Práticas.

A apresentação assumiu um formato tipo, enviada a todas as entidades convidadas para cada Encontro, na qual se solicitaram os dados que integram o formulário de submissão dos compromissos:

- O *enquadramento* do compromisso – se é um compromisso que vem na continuidade de um outro do mesmo cariz, as motivações que estiveram na base do mesmo.
- O *objetivo* do compromisso - que termos da definição do que se pretende atingir com o mesmo.
- A *relevância* do compromisso - no que diz respeito às metas do plano nacional para a redução dos comportamentos aditivos e das dependências (PNRCAD) para que concorre.
- Um descritivo do compromisso - em termos de *Atividades, Grupo Alvo* e *Contexto* de intervenção.

- A *abrangência* do compromisso -em termos do número de pessoas e/ou instituições que beneficiaram de cada atividade.
- Os *recursos mobilizados* (técnicos, financeiros, materiais…).
- Os *produtos* resultantes da intervenção (cartazes, folhetos, *flyers*, filmes, sites, artigos, manuais, relatórios, etc.).
- A *avaliação do compromisso* - em termos de processo em relação a cada ação (se decorreu conforme planeado, se sofreu adaptações, satisfação proporcionada, etc.) e de resultados (quando tal foi possível) em termos de mudanças proporcionadas (de opinião, de conhecimento, atitude comportamento), avaliadas com base em metodologias objetivas (questionários, escalas, entrevistas,

5.2 REUNIÃO DO FÓRUM

Em 2017, à semelhança do que aconteceu no início do II ciclo, foram concretizadas duas reuniões do Fórum Nacional Álcool e Saúde - uma a 4 de maio, e outra, extraordinária, a 14 de novembro, como habitualmente, as reuniões tiveram lugar no Palácio dos Marqueses da Praia e Monforte em Loures.

O evento foi aberto pelo Presidente do FNAS, por um representante da Câmara Municipal de Loures e pelo representante da Ordem dos Médicos e contou com a presença de 75 participantes, em representação de 43 entidades.

Do programa constou uma intervenção de contextualização desenvolvida em torno da **SITUAÇÃO DO PAÍS EM MATÉRIA DE ÁLCOOL 2015,** concretizada pelo Subdiretor-geral do SICAD, Dr. Manuel Cardoso à qual se seguiu um ponto da situação em relação ao FNAS levado a cabo pelos dois elementos do Secretariado Permanente. O programa foi completado por uma preleção sujeita ao tema "**PREVENÇÃO AMBIENTAL**" ministrada pelo Professor Doutor Gregor Burkhart do Observatório Europeu da Droga e Toxicodependência (OEDT). Por fim foram apresentados três exemplos de compromissos do ciclo anterior – **Concurso Jovens Criativos** pelo Club de Criativos de Portugal, o **PRÉMIO FNAS** apresentado por uma das entidades que integrou este compromisso coletivo e o **Desenvolvimento de aplicações digitais** em realidade virtual para a estimulação cognitiva de doentes com Perturbação do Uso do Álcool pela Universidade Lusófona de Humanidades.

Nesta reunião procedeu-se ainda à integração de novos membros já anteriormente referidos no ponto 2, bem como a aprovação do novo elenco da Comissão Executiva também anteriormente apresentada no ponto 3.1.

A reunião extraordinária do FNAS, concretizada a 14 de novembro, teve como programa a apresentação por parte da Equipa de Investigação do Professor Casimiro Balsa dos dados do *Inquérito nacional ao consumo de substâncias psicoativas na população geral* no que ao álcool diz respeito. Foi igualmente feita uma síntese dos trabalhos do Fórum, quanto à recolha de documentos de adesão ao III ciclo do Fórum, bem como aos compromissos submetidos até à data e as propostas de iniciativas a desenvolver ao longo do quadriénio 2017-2020.

6. COMPROMISSOS EM CURSO

Neste capítulo procuraremos descrever em traços gerais, quais as linhas de ação definidas pelos membros para concorrer para o cumprimento das metas traçadas no Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e Dependências.

Estes dados são baseados no tratamento da informação fornecida nos formulários de submissão dos compromissos.

6.1. Caracterização geral

Como anteriormente foi reportado, em 2017 foram submetidos 43 compromissos dos quais 40 foram apresentados e aprovados nos Encontros de Monitorização e Partilha de Boas Práticas. A validação dos restantes três compromissos, foi remetida já para o ano de 2018.

Procedendo a uma caracterização destes 43 compromissos, pode-se constatar que eles foram submetidos por 27 entidades, verificando-se que em 11 dos casos o compromisso pressupõe a parceria com outras entidades.

Os compromissos apresentam uma duração variável entre 10 e 36 meses distribuídos de acordo com o quadro

Quadro 4 - Compromissos em função do tempo de duração

Um ano ou menos (até 12 meses inclusive)	8 compromissos
Entre um e dois anos (entre 13 e 24 meses)	4 compromissos
Mais do que dois anos (entre 25 e 36 meses)	22 compromissos
Sem intervalo de tempo definido	9 compromissos

Os compromissos são de natureza muito diferente em termos de abrangência, contexto de intervenção, complexidade em termos de tipos de ações e quantidade das mesmas. No total, os 43 compromissos submetidos compreendem 158 ações, numa média de 3,5 ações por compromisso.

Quadro 5 - Número de compromissos por tipo de atividade

Tipo de atividades	Compromissos	%
1. Informação ao consumidor (Inf)	16	36%
2. Atividades no âmbito dos *media (M)*	8	18%
3. Ações de Sensibilização (S)	29	66%
4. Programas de Intervenção Continuada (P)	12	27%
5. Formação (Form) - eventos científicos	16	36%
6. Investigação/Produção Científica (Inv)	8	19%
7. Comunicação comercial (C)	4	9%
8. Aconselhamento (A)	14	32%
9. Tratamento (T)	6	14%
10. Fiscalização (F)	3	7%
11. Intervenções de Proximidade (Prx)	3	7%
12. Diagnósticos e Levantamentos (D&L)	3	7%
11. Outros (O)	4	9%

Os compromissos submetidos continuam a privilegiar a sensibilização da população para os problemas ligados ao álcool bem como a informação ao consumidor, seguido de ações dirigidas à formação de profissionais. De valorizar a dimensão assumida pelas ações preventivas de caracter continuado e as intervenções de aconselhamento mais consentâneas com o desejo de promover a mudança de comportamentos e atitudes. No novo formulário foram integrados dois novos tipos de ações, identificadas no ciclo anterior como significativas, mais concretamente as intervenções de proximidade e de diagnóstico e levantamento da realidade.

Quadro 6 - Número de compromissos por Grupo-alvo

Grupo Alvo	Compromissos	%
1. Sem Grupo Alvo definido	8	18%
2. Mulheres Gravidas	1	4%
3. Crianças até aos 9 anos	6	14%
4. Pré-adolescência e Adolescência	15	34%
5. Jovens Adultos - 18 a 24 anos- Universitários	21	48%
6. Adultos 25 e os 64	22	50%
7. Adultos acima dos 65	16	36%
8. Trabalhadores (contexto laboral)	15	34%
9. Técnicos (profissionais de diferentes áreas)	21	48%
10. Pessoas com PLA	7	16%

11. Outros	7	16%

No que diz respeito aos grupos-alvo definidos nas ações, destaque para a maior incidência sobre os adultos e jovens adultos, assistindo-se a uma redução no trabalho dirigido aos profissionais. De valorizar a dimensão assumida pelo grupo alvo dos adultos acima dos 65, facto que vai de encontro à mobilização feita junto aos membros no sentido de dirigirem as suas intervenções para as metas e populações destacadas na avaliação do II ciclo do Plano de Ação como estando aquém dos objetivos traçados e apresentando subidas nos padrões identificados no estudo da população portuguesa. (Balsa, 2017)

Quadro 7 - Número de compromissos por Contexto de intervenção

Contexto	Compromissos	%
1. Ambiental	4	9%
2. Comercial	9	20%
3. Comunitário	17	39%
4. Desportivo	3	7%
5. Escolar	19	43%
6. Familiar	8	18%
7. Laboral	15	34%
8. Recreativo	10	23%
9. Rodoviário	4	9%
10. Saúde	15	34%
11. Universitário	11	25%
12. Virtual	7	16%
13. Outros	4	9%

Por fim, no que diz respeito aos contextos de intervenção, verifica-se uma boa distribuição das ações pelos mesmos, proporcionando uma desejável cobertura dos múltiplos meios em que os indivíduos circulam e nos quais moldam a sua relação com o álcool.

Mantém-se a prevalência da intervenção desenvolvida em contexto escolar, mas verifica-se, um crescente investimento nos domínios comunitários, laborais e da saúde. De valorizar, ainda que com reduzida expressão, o desenvolvimento de ações em contexto desportivo.

Trinta e um dos compromissos preveem a produção de múltiplos legados resultantes das ações a concretizar ao longo deste novo ciclo. É a seguinte a lista dos produtos previstos:

Quadro 8 – Distribuição dos Produtos resultantes dos Compromissos

Tipos de Produtos	Quantidades
Relatórios	18
Estratégia de intervenção	1
Programas de Formação	3
Manuais (de formação ou intervenção)	5
Livros	2
Artigos científicos	7
Artigos de imprensa	10
Páginas online	3
Campanhas	5
Vídeos	5
Cartazes e rol up's	8
Folhetos	8
Jogos	1

Por fim, para concluir a caracterização geral dos compromissos submetidos em 2017, em 33 compromissos foram definidos quais as metas do PNRCAD para as quais as entidades consideraram estar a contribuir através das suas linhas de ação. O quadro ** apresenta a distribuição dos compromissos pelas diferentes metas traçadas:

Quadro 9 – Distribuição dos Produtos resultantes dos Compromissos

Metas	Compromissos
1 - **Reduzir** a **facilidade percebida de acesso** aos diferentes tipos de bebidas alcoólicas, em estudantes de 13-17 anos	7
2 - **Aumentar o risco percebido do consumo de 1-2 bebidas alcoólicas** quase todos os dias, em estudantes de 16 anos**.**	11
3 - **Retardar o início do consumo de bebidas** alcoólicas com 13 anos ou menos.	17

4 - **Retardar o início dos padrões de consumo nocivo** com 13 anos ou menos.	14
5- **Reduzir os estados de embriaguez** em jovens abaixo dos 16 anos	14
6 - **Aumentar a idade média do início de consumos** para os 17 e 18 anos respetivamente até 2020	11
7 - **Diminuir a prevalência** de estados de embriaguez na faixa etária até aos 16 anos	14
8 - **Diminuir a prevalência** na população portuguesa do **padrão de consumo *binge***	15
9 - **Diminuir a prevalência de estados de embriaguez** na população portuguesa	17
10 - **Reduzir a prevalência do consumo de risco e dependência** na população portuguesa	21
11 - **Reduzir a mortalidade** padronizada por doenças atribuíveis ao álcool	15
12 - **Reduzir a mortalidade em acidentes de viação** relacionados com o consumo de álcool	11
13- **Garantir que** a disponibilização, venda e consumo de substâncias psicoativas lícitas no mercado, seja feita de forma segura e não indutora de uso/consumo nocivo, através da introdução de legislação, regulamentação e fiscalização adequadas	5
Sem Metas Definidas	10

Uma análise simples da distribuição dos compromissos pelas diferentes metas põe em evidência que a que a mesma não é homogénea havendo metas que reúnem claramente maior investimento por oposição a outras cujo investimento é bastante mais reduzido. No primeiro dos casos destaca-se *a redução da prevalência do consumo de risco e dependência*, secundada pela *diminuição da prevalência de estados de embriaguez* e pelo *retardar do início do consumo de bebidas alcoólicas.* No segundo dos casos, destaca-se pela negativa o menor investimento na meta dirigida *à garantia da disponibilização, venda e consumo de substâncias ilícitas no mercado de forma segura e não indutora (...)*, bem como à *redução da facilidade percebida* de acesso a bebidas alcoólicas. Se em relação à meta referente ao domínio da oferta pode ser compreensível a menor incidência em função de apenas os membros ligados ao sector económico se focarem sobre a mesma, já em relação à meta referente à perceção de facilidade do acesso, não é possível estabelecer nenhuma razão que justifique a menor incidência sobretudo tendo em conta que o contexto escolar é aquele sobre o qual maior número de ações terá lugar e o facto de um conjunto alargado de compromissos incidir sobre a população de jovens e crianças de forma continuada.

6.2. Compromissos Coletivos

Como o inicio do novo ciclo foram igualmente iniciadas as diligências no sentido de aferir do interesse de concretizar os dois compromissos coletivos desenvolvidos no ciclo anterior, a saber, (1) o Prémio FNAS e (2) O compromisso coletivo das Sociedades Científicas.

Relativamente ao Premio FNAS, procedeu-se ao contacto individual com cada uma das entidades envolvidas na primeira edição e acordada uma mudança de estratégia comunicada no Fórum Extraordinário de Novembro, segundo a qual, o Grupo de Trabalho se abriria a todos os Membros que quisessem participar independentemente de serem ou não promotores de uma linha de candidatura. Foram definidos três níveis de participação:

a. Promoção da linha de candidatura, envolvendo a participação ativa na estruturação do regulamento do concurso
b. Integração do júri do concurso com uma participação ativa na definição e aplicação dos critérios de avaliação das candidaturas
c. Integração no grupo de trabalho de organização do evento final de entrega dos prémios.

Com base nesta nova filosofia foi lançado o desafio aos membros do Fórum e acordada uma primeira reunião do Grupo de Trabalho para o início de 2018.

Relativamente às Sociedades Científicas foram concretizadas duas reuniões adicionais deste grupo de trabalho para além do Grupo de Encontro dedicado a esta área nas quais os membros discutiram a ideia de procederem ao levantamento e produção de um documento coletivo incidindo sobre o risco para a saúde associado ao consumo de álcool independentemente do padrão de consumo. Deste modo procurava-se reforçar a noção que o consumo de álcool é um comportamento com forte impacto na saúde independentemente da quantidade de álcool ingerido e do nível de risco atribuído. Esta proposta acabou por não vingar, mas proporcionou um melhoramento ao compromisso coletivo anteriormente proposto às sociedades e grupos profissionais, o qual passou a incluir, para além da divulgação, inclusão do tema em eventos científicos, formação e incentivo a produção de estudos, um novo campo direcionado ao levantamento de bibliografia específica de cada especialidade a qual será disponibilizada num espaço a criar no micro-site FNAS. Uma segunda inovação foi introduzida neste novo formato do compromisso coletivo das Sociedades Científicas, visando a concretização de um levantamento da perceção de risco a desenvolver junto aos profissionais de saúde para o qual as associações eram convidadas a participar enquanto facilitadoras da difusão e mobilização dos seus associados e afiliados. O formato final deste

compromisso será remetido aos membros do Fórum de modo a que se posicionem face ao mesmo ao longo do primeiro trimestre de 2018.

6.3 Desenvolvimento dos Fóruns Regionais Álcool e Saúde nas Regiões Autónomas

Ao longo de 2017, continuaram os esforços por parte de ambas as Regiões Autónomas no sentido de concretizarem os Fora Regionais cuja estruturação fora iniciada ainda no II ciclo. Seguindo estratégias diferentes, quer a Região Autónoma da Madeira quer a Região Autónoma dos Açores, foram estabelecendo contactos com entidades no sentido de auscultarem o seu interesse em integrarem um futuro Fórum Regional.

Em Maio foi concretizada uma reunião entre o FNAS e os representantes das Direções Regionais envolvidos no desenvolvimento dos Fora nas Regiões Autónomas no sentido de definir estratégias conjuntas.

Tirando partido das reuniões anuais do Fórum foi possível promover o contacto destes responsáveis com representantes nacionais de diferentes sectores os quais, por sua vez sensibilizaram organizações regionais para um diálogo com as autoridades da saúde. Enquanto na Região Autónoma dos Açores estes contactos foram desenvolvidos no sentido de aferirem a aceitação da criação desta plataforma, já na Madeira, os contactos foram dirigidos à definição de potenciais compromissos a que permitissem que a criação do Fórum Regional fosse concretizada com base já numa base prática.

Ambos as estratégias proporcionaram resultados promissores, aguardando-se que as Plataformas possam vir a ser oficializadas ao longo de 2018.

6.4. Parceria com a Autorregulação da Publicidade

O protocolo assumido entre o SICAD e a Autorregulação da Publicidade conheceu em 2017 o desenvolvimento de uma nova linha de investimento, tendo por base a importância de desenvolver reflexão no âmbito da regulação da comunicação comercial por via digital. Na sequência de uma primeira reunião concretizada logo no início do ano, foi acordado o desejo de reunir um conjunto de parceiros em torno deste tema. Foi identificada que esta iniciativa carecia do apoio da Direção Geral do Consumidor,

entidade responsável pelo controlo da comunicação comercial em geral. Foram concretizadas duas reuniões preparatórias entre o SICAD e a Autorregulação Publicitária e uma reunião entre o SICAD e a Direção Geral do Consumidor para organizar a primeira reunião conjunta que teve lugar em Novembro de 2017. No decurso da mesma foi considerado que não existe informação suficiente sobre o tema para se avançar para a concretização de uma reunião de parceiros com um mínimo de orientação, razão pela qual se apostou primeiro, no levantamento da realidade. O DGC assumiu a responsabilidade de proceder a uma análise durante uma semana, sobre toda a atividade online que pudesse envolver comunicação comercial de bebidas alcoólicas. Face à escassa noção sobre quais os vloggers com maior impacto sobre a população jovem o SICAD assumiu fazer um levantamento dos mesmos, ao mesmo tempo que iniciará junto aos membros do FNAS uma recolha de informação sobre a perceção dos riscos associados à comunicação comercial na internet. Para tal considerou-se importante envolver quer a Confederação Portuguesa de Associações de Pais (CONFAP) quer o Instituto Português do Desporto e da Juventude para através dele aceder às associações juvenis.

Este trabalho de levantamento deverá decorrer ao longo de 2018, devendo ser agendadas novas reuniões para discutir resultados e criar condições para uma discussão dos mesmos com os parceiros.

7. CONCLUSÕES

O ano de 2017, enquanto ano de arranque de um novo ciclo foi muito exigente. Envolveu a compilação de todos os dados referentes ao trabalho desenvolvido no II ciclo e a sua estruturação num relatório, apresentação de dados e disseminação do trabalho produzido.

Envolveu naturalmente a revisão de todos os documentos de base ao funcionamento do Fórum e a sua atualização, divulgação junto aos membros e adaptação de procedimentos.

Envolveu o desenvolvimento de um processo de contacto pessoalizado quer com novas entidades convidadas a colmatar lacunas identificadas na constituição do Fórum, quer com todas as entidades integradas no anterior ciclo, recolhendo a sua intensão de se manterem como membros do Fórum e motivando-os a explorar novas linhas de ação de acordo com a avaliação dos resultados obtidos nas mestas traçadas para o quadriénio 2013-2016.

Envolveu ainda a promoção de novos momentos de reflexão em torno de interesses comuns fomentando o funcionamento em rede e a emergência de novos compromissos e por mim o início de um novo ciclo de

Encontros de Monitorização visando a apresentação e aprovação das linhas de ação submetidas por cada membro.

Foi um ano marcado por muitas mudanças, desde a constituição do secretariado permanente à constituição da Comissão Executiva. Exigiu processos de adaptação e consolidação, redescoberta e mobilização que envolveram momentos de grande esforço pessoal e coletivo. Concretizaram-se dois momentos de encontro alargado, proporcionando aos membros espaço para se pronunciaram não apenas sobre os resultados da implementação do primeiro ciclo do Plano de Ação, mas igualmente sobre o planeamento no novo ciclo, dando corpo à mais importante função deste Fórum enquanto órgão consultivo às políticas em matéria de álcool.

O ano de 2018 perspetiva-se igualmente intenso, trazendo consigo a comemoração dos dez anos de existência do Fórum. O reconhecimento nacional e internacional das políticas portuguesas e das estratégias que elas emanam, dão ao FNAS uma responsabilidade de manter o nível de participação, consistência e coerência que obrigam à constante promoção de espaços de partilha. A dimensão assumida pelo Fórum, ameaça a dispersão do secretariado permanente em múltiplas frentes e as exigências paralelas de outras áreas de intervenção, condicionam a disponibilidade necessária à mobilização constante dos membros.

É essencial contar com o apoio destes e a progressiva adoção de modelos de distribuição de responsabilidades e trabalho conjunto. É fundamental renovar meios que facilitem a partilha de informação e a interrefrenciação.

É fundamental combater o risco de desmobilização ou superficialização das formas de participar e garantir um efetivo compromisso de cada um com o coletivo que se pretende para o Fórum.

É este o legado anual deste Grupo de Trabalho, são estas as suas preocupações e sobretudo são estas as suas aspirações.

O Secretariado Permanente,

Lisboa, 30 de novembro de 2018